



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**A INVISIBILIDADE DO RURAL E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS PROCESSOS DE
METROPOLIZAÇÃO DO BRASIL**

Gerson Luiz Buczenko

buczenko@uol.com.br

Faculdade CNEC Campo Largo

Brasil

Maria Arlete Rosa

mariaarleterosa@gmail.com

Universidade Tuiuti do Paraná

Brasil

Marlene Aparecida Comin de Araújo

marleninha10@hotmail.com

Universidade Tuiuti do Paraná

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral compreender a invisibilidade do rural e da educação do campo nas Regiões Metropolitanas do Brasil, tomando como exemplo o processo ocorrido na Região Metropolitana de Curitiba, no estado do Paraná. O destaque sobre aspectos relevantes que caracterizam esta região, buscam contribuir para ampliar a percepção do protagonismo da educação neste território metropolitano, em que as determinações socioambientais se estabelecem como diretrizes de planejamento de políticas públicas. A reflexão sobre o rural desta região adquire centralidade, uma vez que a educação rural e do campo, constituem o objeto de estudo no Observatório da Educação do Campo (OBEDUC) e no Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas (NUPECAMP) da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Os resultados de pesquisas apresentados contribuem de forma inovadora e significativa para a produção de conhecimento sobre a realidade desta modalidade educativa, bem como a percepção da ruralidade presente. São referências para este estudo Souza (2006); Brandenburg (2010); Souza, Fontana, Marcochia (2012); Lencioni (2013); Moura e Firkowski (2014); e Souza (2016).

ABSTRACT

This article aims to understand the invisibility of rural and rural education in the Metropolitan Regions of Brazil, taking as an example the process that took place in the Metropolitan Region of Curitiba, in the state of Paraná. The emphasis on relevant aspects that characterize this region, seek to contribute to broaden the perception of the leading role of education in this metropolitan territory, where socio-environmental determinations are established as guidelines for public policy planning. The reflection on the rural of this region acquires centrality, since the rural and rural education, are the object of study in the Observatory of the Education of the Field (OBEDUC) and in the Nucleus of Research in Field Education, Social Movements and Pedagogical Practices (NUPECAMP) of the Tuiuti University of Paraná (UTP). The research results presented contribute in an innovative and significant way to the production of knowledge about the reality of this educational modality, as well as the perception of the present rurality. References to this study are Souza (2006);



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Brandenburg (2010); Souza, Fontana, Marcoccia (2012); Lencioni (2013); Moura and Firkowski (2014); and Souza (2016)

Palabras clave

Invisibilidade; Ruralidade; Educação do Campo.

Keywords

Invisibility; Rurality; Field Education.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

O presente artigo tem como objetivo geral compreender a invisibilidade do rural e da educação do campo nas Regiões Metropolitanas do Brasil, tomando como exemplo o processo ocorrido na Região Metropolitana de Curitiba, no estado do Paraná. O destaque sobre aspectos relevantes que caracterizam esta região, buscam contribuir para ampliar a percepção do protagonismo da educação neste território metropolitano, em que as determinações socioambientais se estabelecem como diretrizes de planejamento de políticas públicas.

A reflexão sobre o rural desta região adquire centralidade, uma vez que a educação rural e do campo, constituem o objeto de estudo no Observatório da Educação do Campo (OBEDUC) na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Os resultados de pesquisas apresentados contribuem de forma inovadora e significativa para a produção de conhecimento sobre a realidade desta modalidade educativa, bem como a percepção da ruralidade presente. São referências para este estudo Souza (2006); Brandenburg (2010); Souza, Fontana, Marcoccia (2012); Lencioni (2013); Moura e Firkowski (2014); e Souza (2016).

O presente estudo é de caráter bibliográfico, com base em obras que debatem sobre a ruralidade e metropolização, bem como, em pesquisas no Mestrado e Doutorado da Universidade Tuiuti do Paraná, que tem como lócus de investigação os Municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba. A coleta de informações e dados bibliográficos ocorreu durante o ano de 2016 e 2017.

II. Metropolização no Brasil

Segundo Moura e Firkowski (2014), a metropolização brasileira desponta como resultado do período de industrialização, após 1930, no governo de Getúlio Vargas, quando paulatinamente se constitui um processo local de produção de bens duráveis; uma fase marcada pela mobilização da força de trabalho dispersa no território e inserida em setores de subsistência e nos espaços da agricultura controlados pelas oligarquias regionais, como, por exemplo, a produção do café.

Para Rolnik (2006, p. 199),



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

em um dos movimentos socioterritoriais mais rápidos e intensos de que se tem notícia, a população brasileira passou de predominantemente rural para majoritariamente urbana em menos de 40 anos (1940-1980). Este movimento – impulsionado pela migração de um vasto contingente de pobres – ocorreu sob a égide de um modelo de desenvolvimento urbano que basicamente privou as faixas de menor renda da população de condições básicas de urbanidade, ou de inserção efetiva na cidade. Além de excludente, o modelo de urbanização foi também concentrador: 60% da população urbana vive em 224 municípios com mais de 100 mil habitantes, dos quais 94 pertencem a aglomerados urbanos e regiões metropolitanas com mais de um milhão de habitantes.

Soares (2014) acrescenta que as primeiras regiões metropolitanas do país foram instituídas pela Lei Complementar Federal nº 14/1973, no auge da Ditadura Militar. Com o processo de reabertura política (1985), houve questionamentos em relação à forma como se deu essa institucionalização, sendo considerada, posteriormente, uma intervenção no território dos estados da federação. Assim, os constituintes de 1988 devolveram aos estados a prerrogativa de ordenar seu território, estabelecendo, entre outras atribuições, a definição das regiões metropolitanas. Na opinião do autor, a abertura assegurada pela Constituição de 1988 foi realizada de modo exacerbado, sem a demarcação de critérios mínimos para a definição de regiões metropolitanas, fato que gerou diversas distorções (SOARES, 2014). Atualmente, o país conta com dezenas de regiões metropolitanas e muitos estados são praticamente estados metropolitanos, tamanha a proporção de municípios incluídos em suas regiões metropolitanas.

Paris¹ (2004 apud SOARES, 2014) afirma que os processos contemporâneos de urbanização possibilitam definir três caminhos de análise do processo de metropolização. O primeiro, como difusão regional da dinâmica metropolitana, do ponto de vista econômico, acaba por relacionar modelos territorializados de desenvolvimento com o processo de metropolização, como sistemas produtivos regionalizados e que constituem aglomerações urbanas. O segundo, como processo de mobilização de agentes políticos, econômicos e sociais regionais, trata da constituição política das

¹ PARIS, D. Gouvernance des territoires, métropolisation et développement régional. In: DOLEZ, B.; PARIS, D. Métropoles en construction: territoires, politiques et processus. Paris: L'Harmattan, 2004. p. 21-38.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

regiões metropolitanas, condição que, em algumas análises, surge como um novo regionalismo. Um terceiro caminho define-se como conexão de espaços urbanos aos circuitos hegemônicos da economia globalizada.

A região metropolitana é um território institucionalizado que reconhece o processo de metropolização, mas que não abarca a totalidade dos espaços metropolizados, assim como, inclui em seu perímetro centros urbanos e zonas rurais que não necessariamente estão vinculadas à metropolização, esta diferenciação não impede que ocorra uma convergência entre ambas demarcações, sendo objetivo da análise técnica-acadêmica aproximar as duas linhas, permitindo que essa sociedade tenha uma maior compreensão da metropolização como processo socioespacial (SOARES, 2014).

Para Carlos (2013), o processo de metropolização segue e realiza o movimento constitutivo da metrópole, como um momento diferenciado do processo de acumulação em função de suas exigências, e se torna manifesto quando do desenvolvimento do tecido urbano do centro à periferia, com conteúdos diferenciados em seu processo de extensão. A autora analisa que, do ponto de vista da reprodução do capital, a reprodução do espaço recebe novas funções e configurações à medida que a acumulação ultrapassa o processo fabril para ganhar a cidade, estendendo-se no espaço, englobando e subsumindo a prática social, constituindo novas formas de expansão do tecido social, na contradição entre centro e periferia, centralidade e dispersão, reunião e segregação.

Aqui, se realiza a produção da metrópole como o negativo da cidade, que se realiza sob a égide do capital industrial que constrói a periferia para acomodar uma massa de trabalhadores através da fragmentação do tecido urbano que se estende dispersamente por áreas distantes do centro organizadas em função do preço do solo urbano. Em sua extensão, a periferia imediata transforma os conteúdos da atividade agrária, das relações de propriedade, bem como das relações camponesas, como fez com o trabalho artesanal na área urbana. Destituídos da terra e sem empregos, uma massa da população deixa os campos, sem, todavia, encontrar emprego na cidade; esse momento constrói as imensas periferias, onde se amontoam os desempregados e os trabalhadores mal pagos (CARLOS, 2013, p. 39).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Lencioni (2013), ao abordar a metropolização do espaço, afirma que este se constitui num processo socioespacial que transforma profundamente o território, não se tratando de uma simples transformação, mas de uma verdadeira metamorfose, que implica profundas mudanças, seja das formas, seja da estrutura e natureza. Para Pinçon² (2011 apud LENCIONI, 2013, p. 20), a metropolização é um fenômeno multiforme e contraditório,

que age hoje em dia tanto em espaços urbanos (e cada vez mais nos espaços urbanos), como nas armaduras urbanas nacionais e internacionais. A metropolização submete as grandes cidades aos fenômenos de dilatação, de aumento e diversificação da mobilidade; as lógicas da residência, assim como as atividades, parecem escapar a todo constrangimento intensificando, por outro lado, a pressão sobre os espaços naturais e agrícolas. Esses fenômenos de dilatação e de hipermobilidade não são, necessariamente, incompatíveis com os fenômenos de reurbanização e redensificação.

A autora aborda a questão sobre a metropolização dos espaços rurais e afirma que, na atualidade, o mundo urbano e o rural não têm a mesma dicotomia de antes. A intensificação da capitalização do campo e a grande diversidade das atividades que se desenvolvem nele na atualidade, não mais restritas ao cultivo ou à criação de animais, como o desenvolvimento do turismo rural, por exemplo, somando-se à revolução nos transportes e nas comunicações, acabaram por aproximar esses dois mundos, além de ainda haver uma forte difusão por todo o espaço da cultura urbana, dos valores urbanos, das normas e das relações sociais dominantes na cidade. O antagonismo deu vez ao caminho dicotômico urbano e rural, não mais contrários, contrapostos ou conflitantes como no passado (LENCIONI, 2013).

Segundo Souza (2000, p.25) o desenvolvimento sócio espacial em uma realidade social como o Brasil metropolitano pode ser conceituado como

a minimização (ou idealmente, a superação) da injustiça social – ou, para expressar o pensamento de forma menos vaga, como a minimização da

² PINÇON, G. Les systèmes métropolitains intègres: processus et scénarios. In: DES SYTÈMES spatiaux em prospective. Territoires 2040. Processus et Scénarios de 7 Systèmes. Paris: DATAR, 2011. (Revue d' études et de prospective, n. 4).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

desigualdade de oportunidades no acesso aos meios para a satisfação de necessidades. As necessidades são variáveis conforme os indivíduos e os grupos; vão desde o enfrentamento e a ultrapassagem de problemas-chave, como a pobreza (absoluta e relativa) e a exclusão até o combate ao ódio, à intolerância e à violência – expressões, e produtos da heteronomia da nossa sociedade -, passando pela superação da segregação e da discriminação.

Para Moura e Firkowski (2014), a aglomeração metropolitana corresponde à mancha de ocupação, que pode ser contínua ou descontínua, diretamente polarizada por uma metrópole, em que se realizam as maiores intensidades de fluxos e se verificam as maiores densidades de população e atividades, envolvendo municípios com alto grau de integração ou englobando, parcial ou inteiramente, apenas a área do município central.

A densificação de atividades e populações é uma característica das áreas metropolitanas (KNOX e AGNEW, 1994). Sua configuração e expansão obedecem a lógicas comuns, apoiadas na ação do Estado, dos mercados imobiliário e financeiro, e se valem do planejamento e da tecnologia da construção, das atividades da indústria e da oferta de moradias, visto que a produção do ambiente construído e as mudanças na forma urbana são produtos diretos dos ciclos de acumulação do capital (GOTTDIENER, 1993). Essas aglomerações polarizam espaços mais extensos, diversos, que vão além da contiguidade urbana, compondo o que se denomina, na literatura internacional, região metropolitana – categoria que exprime articulação funcional interna e que se limita no alcance da influência de sua polaridade (MOURA; FIRKOWSKI, 2014, p. 22).

Ainda segundo Moura e Firkowski (2014), a maioria das regiões metropolitanas que foram institucionalizadas no Brasil desconsidera a natureza do polo como definidora da adjetivação metropolitana e tem seus limites territoriais determinados em função de interesses administrativos e políticos, que, por sua vez, podem coadunar ou divergir da região de influência de sua centralidade principal.

Atualmente o Brasil está dividido em 69 Regiões Metropolitanas (RMs) segundo o IBGE (2017), no estado de São Paulo, foi criada a RM de Ribeirão Preto, com 34 municípios, instituída pela Lei Complementar nº 1.290, de 06 de julho de 2016; no Ceará, a RM de Sobral conta com 18 municípios e foi implementada pela Lei Complementar nº 168, de 27 de dezembro de 2016; em



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Rondônia também foi criada a primeira região metropolitana, que inclui a capital do estado, Porto Velho, e o município de Candeias do Jamari, registrada conforme Lei nº 3.654, de 09 de novembro de 2015.

Dessa forma, a Metropolização do Brasil tornou-se uma realidade, mesmo com todas as contradições expostas e as dificuldades políticas, sociais e econômicas que marcam essa trajetória de nuclear municípios, mesmo com realidades completamente antagônicas. A Figura 01, permite a visualização da distribuição das RMs no Brasil, com dados do ano de 2010.



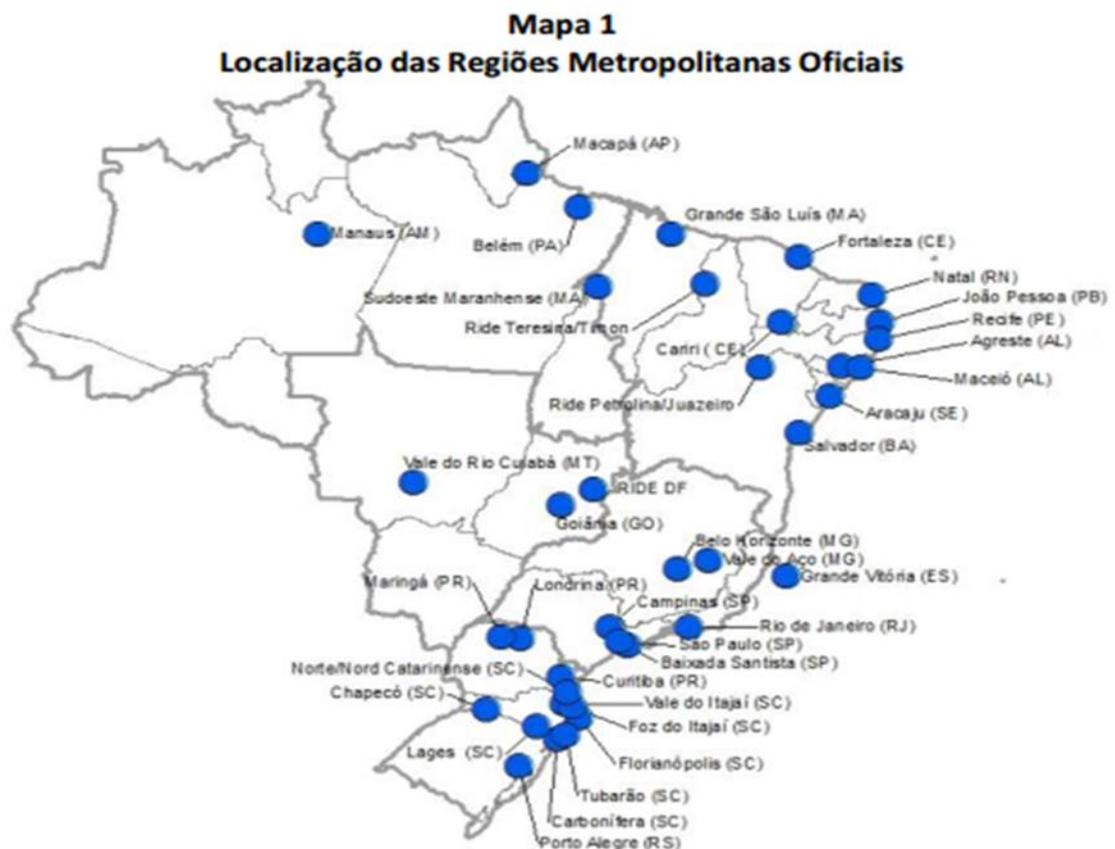
XXXI CONGRESSO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

FIGURA 01 – Regiões metropolitanas do Brasil – 2010.



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010.

III. Região Metropolitana de Curitiba (RMC)

Buczenko (2017, p. 168) pontua que segundo a COMEC (2015), a RMC, constituída por 29 municípios (Tabela 1) forma a oitava região metropolitana mais populosa do Brasil, com 3.223.836 habitantes, e concentra 30,86% da população do estado. Constitui, também, a segunda maior região metropolitana do país em extensão, com 16.581,21 km².

Cercada por áreas de proteção da natureza, a região se destaca pelas belas paisagens, pelo cinturão verde e pela tradição deixada pelos imigrantes, fatores que têm sido atrativos para o desenvolvimento do turismo rural, ecológico e de esportes radicais. Pela sua estratégica localização geográfica,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

a RMC tem posição de relevância no contexto estadual e nacional pois está próxima dos principais mercados produtores e consumidores brasileiros e dos países do Mercosul por isso tem atraído novas indústrias em vários municípios. O potencial para empreendimentos, a boa infraestrutura, o constante desenvolvimento, a logística, a expansão industrial e o apoio do governo do Estado podem transformar a RMC na sede do maior polo industrial do Sul do Brasil (COMEC, 2015).

Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015), em relação aos aspectos populacionais, no período pós-1970, era possível dividir em duas fases as causas do incremento populacional na RMC. Nos anos 1970 e 1980, ele foi devido, principalmente, ao movimento geral de metropolização do país, que levou ao crescimento de Curitiba e de seu entorno. Os censos mostram que sua população passou de 869.837 habitantes (12,55% da população do estado do Paraná), em 1970, para 2.003.015 (23,70%), em 1991. Na década de 1990, teve início a segunda fase do incremento populacional, que ocorreu associada também ao processo de construção de uma imagem da cidade, por meio do *marketing* urbano combinado com a atração de investimentos. A RMC chegou ao ano de 2000 com 2.768.394 habitantes (28,95% do estado), somando 3.223.836 (30,86%) em 2010, dos quais 1.757.907 pertenciam ao município-polo (16,78%), segundo dados do IBGE (2012).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

TABELA 1 – Região Metropolitana de Curitiba – População e Território.

	Municípios	População	Área territorial (km²)	Densidade demográfica (hab/km²)	População Rural
1	Adrianópolis	6.374	1.349,35	4,73	4.316
2	Agudos do Sul	8.892	192,261	43,01	5.448
3	Almirante Tamandaré	111.586	194,744	529,95	4.312
4	Araucária	131.356	469,24	253,86	8.918
5	Balsa Nova	12.200	348,926	32,39	4.430
6	Bocaiúva do Sul	11.996	826,344	13,30	5.859
7	Campina Grande do Sul	41.447	539,245	71,90	6.808
8	Campo do Tenente	7.623	304,488	23,40	2.931
9	Campo Largo	122.443	1.243,55	89,93	18.206
10	Campo Magro	27.143	275,352	90,22	5.296
11	Cerro Azul	17.689	1.341,19	12,63	12.130
12	Colombo	229.872	197,793	1.076,72	9.764
13	Contenda	17.300	299,037	53,14	6.660
14	Curitiba	1.864.416	435,036	4.027,04	0
15	Doutor Ulysses	5.822	781,45	7,33	4.798
16	Fazenda Rio Grande	90.648	116,678	700,00	5.747
17	Itaperuçu	26.371	320,578	75,96	3.931
18	Lapa	47.294	2.093,86	21,46	17.710
19	Mandirituba	24.516	379,179	58,60	14.806
20	Piên	12.086	254,792	44,10	6.713
21	Pinhais	125.808	60,869	1.922,42	0
22	Piraquara	102.798	227,042	410,52	47.469
23	Quatro Barras	21.738	180,471	110,00	1.910
24	Quitandinha	18.257	447,024	38,23	12.202
25	Rio Branco do Sul	32.092	812,288	37,73	8.605
26	Rio Negro	33.157	604,138	51,77	5.564
27	São José dos Pinhais	292.934	946,435	279,16	27.315
28	Tijucas do Sul	15.776	671,889	21,64	12.252
29	Tunas do Paraná	7.347	668,478	9,36	3.464
	Total RMC	3.459.634	15.913,246		267.564

Fonte: CURITIBA, 2016; IBGE – CIDADES, 2017; COMEC, 2017.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Segundo ainda o IPEA (2015, p. 8) entre 2000 e 2010, o incremento populacional da região foi de 16,36%, ou 453.364 pessoas a mais. Ao excluir Curitiba, as outras 28 cidades da RM apresentaram variação de 19,59%, ou 288.305 novos habitantes. Os cinco municípios que mais cresceram, excetuando-se Curitiba (que teve um aumento de 165.059 habitantes), foram São José dos Pinhais (60.008), Colombo (29.636), Araucária (24.986), Piraquara (20.369) e Campo Largo (19.664). Em termos de proporção, destacam-se Tunas do Paraná (73,1%), Fazenda Rio Grande (29,6%), São José dos Pinhais (29,4%), Piraquara (28%) e Mandirituba (26,6%). Os únicos municípios que tiveram decréscimo de população foram Adrianópolis (-9,1% ou -638 habitantes) e Doutor Ulysses (-4,3% ou -259 pessoas), ambos pertencentes à região denominada Vale do Ribeira, bolsão de pobreza localizado na divisa entre os estados do Paraná e de São Paulo.

Dessa forma, as cidades periféricas à grande metrópole, ou então, constituintes da RMC (FIGURA 2), expressam e reproduzem de forma pontual as desigualdades sociais, mantendo, por vezes, apenas o centro da cidade em condições que denotam um cuidado das políticas públicas, porém preservam uma periferia ou bairros mais distantes completamente alheios e submissos à vontade do capital imobiliário, que enriquece de forma exponencial alguns e delimita os diferentes, os desiguais (BUCZENKO, 2017, p. 172).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

FIGURA 1 – Região Metropolitana de Curitiba.



Fonte: CURITIBA, 2016.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. A INVISIBILIDADE DO RURAL E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Segundo o IBGE (2015, p. 16) o espaço agrário no Brasil, nos últimos quarente anos, passou por um intenso processo de transformação, perdendo a autonomia relativa que possuía e se integrando cada vez mais à esfera econômica, social, cultural e ambiental, de uma sociedade e de um território em crescente articulação entre o urbano e o rural. Nesse quadro pode-se caracterizar uma certa invisibilidade do rural, uma vez que a subordinação ao viés econômico, calou a população camponesa e colocou em pauta o agronegócio, com isso o rural passou a ser considerado um apêndice do urbano.

Para Buczenko e Rosa (2017) de acordo com a realidade exposta percebe-se que esse rural, não é visível frente às políticas públicas vigentes, permanecendo visível somente quando estão dadas certas condicionantes como o lazer, em fins de semana de feriados, quando a população da capital busca certo refúgio do caos urbano, na tranquilidade do rural muito próximo à capital, Curitiba.

Nos trabalhos apresentados³ por Brandenburg e Souza (2010) sobre o rural da Região Metropolitana de Curitiba, tendo como foco a agricultura familiar, fornecem elementos que contribuem para compreensão da ruralidade nesta região. Os autores destacam a pouca produção de conhecimento ao se tratar deste rural regional e as políticas públicas no que se refere às demandas específicas da região.

Assim, a “invisibilidade” do rural está dada, diante da força dos determinantes urbanos e das mudanças no contexto deste rural metropolitano, até então tido como “lugar do atraso” e “espaço privado” destinado à produção e reprodução de relações estabelecidas por determinado grupo social. Os mesmos autores apontam que este rural passou por readequações de suas “funções” com o surgimento de um rural como “espaço público” ao cumprir múltiplas funções relacionadas à preservação do meio ambiente, da paisagem, de turismo, de lazer, de preservação do patrimônio

³Ver artigo “A Quem Pertence o Espaço Rural? As Mudanças na Relação Sociedade/ Natureza e o surgimento da Dimensão Pública do Espaço Rural” dos autores Osmar Tomaz de Souza e Alfio Brandenburg. Revista Ambiente & Sociedade, Campinas v. XIII, n. 1, p. 51-64, jan.-jun. 2010



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

cultural e de manutenção do tecido social desta região. A biodiversidade e os bens socioambientais são bens coletivos da sociedade, configurando-se como dimensão pública deste espaço rural.

Com uma nova dinâmica social, institucional e de políticas públicas e uma reconfiguração do rural tradicional para o rural socioambiental, conforme Brandenburg (2010)⁴, o rural da diversidade que por um lado atende aos interesses da metrópole, adequando populações periféricas, por vezes, em precárias condições, e que por outro lado, fornece um contingente de mão de obra necessário ao trabalho, centralizado em alguns municípios polo de atividades industriais ou automotivas, como ocorre na atualidade na RMC, e ainda, atende à necessidade de fornecimento de produtos para a vida da metrópole, um verdadeiro cinturão verde, e entre eles, talvez o produto sem o qual a capital do Estado não sobreviveria, a água potável, tão necessária à sobrevivência humana.

Assim, ressalta-se que do ponto de vista

da ação de políticas públicas, as mesmas mudanças têm implicações igualmente importantes. O agrícola e o rural sobre os quais as políticas públicas atuaram até final do século passado não são os mesmos (no sentido de uma nova percepção daqueles). O agrícola e o rural se complexificaram e passaram a ser alvo de novas demandas sociais e econômicas (SOUZA; BRANDENBURG, 2012, p.309).

E, nesta “invisibilidade” do mundo rural existem demandas sociais, que também são permanências históricas no país, em que o rural ainda é sinônimo de atraso. Entre essas demandas está a educação, simbolizada pela escola com nomenclatura de rural em vários municípios da RMC, como instituição social que, juntamente com a igreja ou templo, o posto de saúde, o campo de futebol, os festejos tradicionais, o cemitério e o conjunto de moradias, constituem relevantes elementos articuladores das relações sociais que perpassam o modo de vida do rural nessas comunidades. A organização social deste território e a distribuição de oportunidades educacionais⁵

⁴ Ver do autor texto que trata do “Rural Tradicional ao Rural Socioambiental”, disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n2/v13n2a13.pdf>>. Acesso em: out. 2017.

⁵ Destaca-se a contribuição do estudo das autoras Ana Lorena Bruel, Heracto Kuzycz Assunção, Patrícia Baliski, Tais Moura Tavares no texto “Organização social do território e distribuição de



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

estão relacionadas às políticas públicas, direcionadas para atender as demandas destas comunidades, como portadoras de direitos ao acesso à educação, conforme estabelecem os instrumentos legais.

Assim, reconhecer esta realidade do rural e sua importância para a vida da metrópole é também oportunizar visibilidade as demandas sociais latentes e entre estas a educação, que pode ser um elemento difusor fundamental para a renovação da forma de ver o rural, de valorização da vida no campo, da cultura dos povos tradicionais, possa sedimentar a permanência das futuras gerações no campo, no rural valorizado, em sua forma original de ser e de viver.

Em relação à Educação do Campo no Estado do Paraná, segundo Souza, Fontana e Marcoccia (2012, p, 103), no ano de 2000, havia um total de 2.725 escolas localizadas no campo no Estado, em 2008, esse número caiu para 1.332 escolas, representando uma queda de 48% no número de escolas, resultante de uma política de nucleação que se aproveita dessa invisibilidade do rural. Na RMC, em 2012, foram registradas 208 escolas municipais localizadas no campo e um total de 44 escolas em igual condição, da rede estadual de ensino. Segundo dados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP⁶) “entre os anos de 2003 e 2014 foram fechadas mais de 37 mil escolas no campo no Brasil, segundo o Censo Escolar do MEC/INEP”, e em 2014, 4 mil escolas da área rural no país fecharam suas portas, significando que por dia, oito escolas foram fechadas. No Paraná, foram 759 escolas fechadas em um período de 9 anos (2003-2012).

Na área considerada rural nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, registrou-se em 2016, somente na educação básica, ensino regular e especial/Educação de Jovens e Adultos (EJA), um total de 20.889 matrículas realizadas, com destaque para os municípios de Piraquara (4.417), Lapa (2.218), São José dos Pinhais (1.666), Araucária (1.648), Tijucas do Sul (1.352), Quitandinha (1.143) e Colombo (1.012) (INEP, 2017). Também se destaca que, das 770 escolas municipais registradas nas Áreas Metropolitanas Norte e Sul (PARANÁ, 2017), 239 estão

oportunidades educacionais: um estudo exploratório sobre o caso da Região Metropolitana de Curitiba”, em consulta ao site

http://observatoriodasmetrosoles.net/download/serie_ordemurbana_curitiba.pdf

⁶ Disponível em: <<http://www.fetaep.org.br/noticia/alerta-fechamento-de-escolas-do-campo-no-parana>>. Acesso em: 23 jan. 2017.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

localizadas no campo⁷, sendo 199 administradas pelos municípios e 40 de responsabilidade do estado do Paraná (PIANOVSKI, 2017).

Denota-se, assim, uma considerável realidade educacional localizada na área rural da RMC, levando em conta que, para cada matrícula registrada, há, pelo menos, uma família que vive em área rural, foco, assim, de políticas públicas não só educacionais, mas de todo o aparato de serviços públicos que, em teoria, são oferecidos no meio urbano.

Assim, com o exemplo da RMC expõe-se a fragilidade

institucional das RMs brasileiras, a inexistência de um projeto metropolitano capaz de gerar uma ação coletiva, que possibilite uma cooperação entre os governos subnacionais e a não formação de uma consciência e identidade metropolitanas tem dificultado a solução dos problemas de interesse comum. Nesse sentido, a utopia da cidade democrática tem sido testada em contexto social adverso, nem por isso desestimulante (CLEMENTINO, 2016, p.16).

Essa realidade, principalmente, num quadro de crise como o vivido na atualidade pela nação brasileira, acentua as centralizações, condição que põe interesses de grandes centros em choque, uma vez que se a crise se manifesta no grande centro, irradia-se de imediato por sua região periférica, ampliando ainda mais a sensação de disfunção de uma Região Metropolitana, que deveria em sua premissa maior, integrar, compreender e atender as diversas dinâmicas que estão postas na complexidade de constituição de uma MetrÓpole.

⁷ “A escola é rural e a escola é do campo no estado do Paraná. É preciso reconhecer essa realidade para fazer avançar uma prática educativa dialógica – tanto na formação inicial quanto na continuada; tanto na prática educativa fora do ambiente escolar quanto na prática escolar. É preciso reconhecer a existência da escola rural justamente para planejar sua superação, por meio da valorização dos sujeitos que nela estão; por meio de um projeto político-pedagógico transformador, concomitantemente a um projeto de campo que propicie a vida, o trabalho e a produção sociocultural” (SOUZA, 2011, p. 39).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Considerações Finais

Assim, considera-se que o objetivo geral inicialmente proposto de compreender a invisibilidade do rural e da educação do campo nas Regiões Metropolitanas do Brasil, tomando como exemplo o processo ocorrido na Região Metropolitana de Curitiba, no estado do Paraná, diante de um contexto de metropolização, foi devidamente explorado. Ressalta-se que desde seu início, durante a Ditadura Militar, o processo de metropolização desconsiderou a natureza do núcleo central como definidor da adjetivação metropolitana, com limites territoriais determinados em função de interesses administrativos e políticos que, por vezes, divergem da região de influência.

Verifica-se também que os perímetros urbanos e rurais nem sempre caminham na lógica institucionalizada da metropolização. Existem processos de urbanização de vários aspectos, bem como, na área rural, onde coexistem o latifúndio e o minifúndio, a pequena propriedade e os povos do campo representados pelo extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos e outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural, caracterizando-se, assim, um movimento histórico e cultural que deve ser minimamente respeitado.

No processo de metropolização há que se reconhecer esta diversidade como ponto de partida para análises e planejamentos e não o contrário, como ocorre na lógica de imposição de um modelo econômico que procura inviabilizar e invisibilizar os desfavorecidos como, por exemplo, os povos do campo e o direito à educação, em nome um projeto societário que prioriza os ganhos do capital e a constituição de um padrão de vida urbanizado, que mantém na periferia a pobreza e a miséria, materializando, assim, a permanência de um quadro de desigualdade social exacerbado presente à sombra da uma metrópole midiática. Um modelo que, no caso do Brasil, procurou fortalecer interesses econômicos e políticos, esquecendo-se das questões socioambientais que hoje, batem à porta dos gabinetes e cobram respostas urgentes.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

BRANDENBURG, Alfio; SOUZA, Osmar Tomaz. A Quem Pertence o Espaço Rural? As Mudanças na Relação Sociedade/ Natureza e o surgimento da Dimensão Pública do Espaço Rural”. In: **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas v. XIII, n. 1, p. 51-64, jan.-jun. 2010.

BRANDEMBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVIII, n. 2, p. 417-428, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n2/v13n2a13.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BRUEL, A.L.; ASSUNÇÃO, H.K.; BALISKI, P.; TAVARES, T.M. **Organização social do território e distribuição de oportunidades educacionais: um estudo exploratório sobre o caso da Região Metropolitana de Curitiba**. In: FIRKOWSKI, O. L. C. F.; MOURA, R. (Org.). Curitiba: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2014. Disponível em: <http://observatoriodasmetrosoles.net/download/serie_ordemurbana_curitiba.pdf>. Acesso em 25 abr. 2017

BUCZENKO, G.; ROSA, M.A. **Invisibilidade do Rural e da Educação do Campo: os processos de metropolização no Brasil**. Disponível em: <http://e-democracia.com.br/sociologia/anais_2017/pdf/GT10-04.pdf>. Acesso em 22 out. 2017.

BUCZENKO, G. L. **Educação Ambiental e Educação do Campo: o trabalho do coordenador pedagógico em escola pública localizada em Área de Proteção Ambiental**. 2017. 345 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

CARLOS, A. F. A. Dinâmica urbana e metropolização: desvendando os processos espaciais. In: FERREIRA, A. et al. (Org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

CLEMENTINO, M.L.M. **Regiões metropolitanas no brasil: visões do presente e do futuro. XIV Colóquio Internacional de Geocrítica Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro. Barcelona, mai. 2016. Anais. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/xiv_livraclementino.pdf>. Acesso em 25 abr. 2017.**

COMEC. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/>>. Acesso em 15 dez. 2015.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC). **Portal**. Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2017.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

CURITIBA. Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos. **RMC**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/titulo-regiao-metropolitana-de-curitiba/2666>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ (FETAEP). Alerta – fechamento de escolas do campo no Paraná! **FETAEP**, Notícia, 10 out. 2015. Disponível em: <<http://www.fetaep.org.br/noticia/alerta-fechamento-de-escolas-do-campo-no-parana>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

GARSON, S.; RIBEIRO, L.C.Q.; RODRIGUES, J.M. **Regiões Metropolitanas do Brasil**. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/observatorio_RMs2010.pdf >. Acesso em: out.2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (**IBGE**). Projeto Regiões Rurais do Brasil – 2015, Relatório Técnico. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15780-regioes-rurais.html> >. Acesso em: out. 2017.

_____. **Síntese dos indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf> >. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. **Perfil dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 2012a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012/>>. Acesso em: jan. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse estatística de educação básica 2016**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sonopses-estatistica-da-educacao-basica>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Caracterização e quadros de análise comparativa da governança metropolitana no Brasil**: análise comparativa das funções públicas de interesse comum (componente 2). Região Metropolitana de Curitiba. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/150909_relatorio_arranjos_igm_rm_curitiba.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, A. et al. (Org.). **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. Introdução: transformações na ordem urbana da RMC. In: FIRKOWSKI, O. L. C. F.; MOURA, R. (Org.). **Curitiba: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2014.

PARANÁ. Secretaria da Educação. **Consulta escolas**. Disponível em: <<http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

PARIS, D. Gouvernance des territoires, métropolisation et développement régional. In: DOLEZ, B.; PARIS, D. **Métropoles en construction: territoires, politiques et processus**. Paris: L'Harmattan, 2004. p. 21-38.

PIANOVSKI, R. B. **Ensino e aprendizagem em escolas rurais multisseriadas e as contribuições da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. 2017. 225 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

PINÇON, G. **Les systèmes métropolitains intègres: processus et scénarios**. In: DES SYTÈMES spatiaux em prospective. Territoires 2040. Processus et Scénarios de 7 Systèmes. Paris: DATAR, 2011. (Revue d' études et de prospective, n. 4).

ROLNIK, R. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país – avanços e desafios. **Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**, Rio de Janeiro, p. 199-2010, fev. 2006. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio1_raquel12.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SOARES, P. R. R. Regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas? Contribuição para o debate no Rio Grande do Sul. **Observatório das Metrópoles**, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/new/index.php?option=com_k2&view=item&id=816:regi%C3%A3o-metropolitana-ou-aglomera%C3%A7%C3%A3o-urbana?-debate-no-rio-grande-do-sul&Itemid=181&lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2015.

SOUZA, M.A. (Org.). **Práticas educativas do/no campo**. Ponta Grossa: UEPG, 2011.

SOUZA, M. L.. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, M. A.; FONTANA, M. I.; MARCOCCIA, P. C. P. Escolas públicas localizadas no campo no Estado do Paraná: diretrizes curriculares e práticas escolares. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, n. 15, p. 91-108, 2012. Disponível em: <www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/.../3012>. Acesso em: 29 dez. 2015.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

SOUZA, O.T.; BRANDENBURG, A. **Políticas públicas, trajetórias de desenvolvimento rural e reprodução social da agricultura familiar.** In: FERREIRA, A.D.; BRANDEMBURG, A; CORONA, H.M.P. (Orgs.). Do rural invisível ao rural que se reconhece. Curitiba: UFPR, 2012.